



"Aceita que agora é das transviadas": política identitária LGBTQIA+ em "Meu corpo é político"

"Accept that now it is the time of the transvestites": identity politics LGBTQIA+ in Meu corpo é político

Diego Gouveia Moreira – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | Recife | Pernambuco | Brasil | dgmguveia@gmail.com |

 <https://orcid.org/0000-0002-4405-7194>

Resumo: A política no Brasil, desde a ditadura, é acompanhada por uma crescente busca por visibilidade e direitos. A discussão sobre políticas identitárias LGBTQIA+ ganhou outros contornos no cinema nacional com o avanço dos movimentos sociais. O documentário "Meu Corpo é Político" (2017) aborda o dia a dia de quatro pessoas transgêneras. O objetivo deste artigo é compreender as estratégias discursivas empregadas pelo filme para pautar as políticas identitárias LGBTQIA+. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica ligada à teoria queer bem como uma análise dos discursos visuais e verbais do filme. Por fim, constata-se que o documentário fortalece a visibilidade das pessoas trans, colaborando com a discussão sobre direitos sociais e políticos de transexuais ao criticar o sistema cisnormativo.

Palavras-chave: Gênero. Visibilidade Trans. Discurso. Documentário Meu Corpo é Político. Políticas identitárias.

Abstract: Politics in Brazil, since the dictatorship, is accompanied by a growing search for visibility and rights. The discussion on LGBTQIA + identity politics gained other contours in the national cinema with the advance of social movements. The documentary "Meu Corpo é Político" (2017) addresses the day-to-day of four transgender people. The objective of this article is to understand the discursive strategies employed by the film to guide LGBTQIA + identity politics. For this, a bibliographical review was carried out linked to queer theory as well as an analysis of the visual and verbal discourses of the film. Finally, it is noted that the documentary strengthens the visibility of transgender people, collaborating with the discussion on social and political rights of transsexuals by criticizing the cisnormative system.

Keywords: Gender. Trans Visibility. Speech. Documentary Meu Corpo é Político. Identity Policies.



<http://dx.doi.org/10.22484/2318-5694.2019v7n16p219-239>

Recebido em agosto 2019 – Aprovado em outubro 2019.



1 Introdução

"Aceita que agora é das transviadas, as translesbichas, as sapatonas futuristas, as cdzinhas (*crossdresser*) safadas. Agora aceita, macho, que é nossa" (MEU CORPO..., 2017). É com essas palavras que Linn da Quebrada, pouco antes do final do documentário "Meu Corpo é Político" (2017), dirigido por Alice Riff, vaticina que o tempo atual não é do homem heterossexual, mas das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersex, Assexuais e outras possibilidades (LGBTQIA+). Ela diz essas palavras após cantar "Bixa Preta", uma de suas músicas mais conhecidas. Ao longo dos versos, cantados em destaque no filme, Linn afirma: "Bixistranha, loka preta da favela/ Quando ela tá passando todos riem da cara dela/ Mas, se liga, macho, presta muita atenção/ Senta e observa a sua destruição" (MEU CORPO..., 2017).

A música traz um recado claro: desconstrução de um modelo social vigente e visibilidade e garantia de direitos para população LGBTQIA+. A discussão em torno da política identitária da sigla se dá a partir especialmente das novas compreensões sobre gênero e sexualidade e também dos usos dos corpos como meios políticos. Por política identitária, este trabalho se refere a posições políticas baseadas no interesses e perspectivas de grupos sociais com os quais cidadãos se identificam.

A escolha da diretora, por deixar essa canção para o final, acompanha um movimento do próprio filme. O enredo de "Meu Corpo é Político" (2017) reproduz um dia na vida de quatro pessoas transgêneras da periferia de São Paulo. Aos poucos, sem dizer os nomes das e dos personagens ou conduzir entrevistas com perguntas para que eles respondam, a diretora consegue revelar traços de personalidade e histórias de cada um dos transgêneros e das transgêneras do filme: a diretora de escola Paula Beatriz, a fotógrafa Giu Nonato, o estudante e operador de telemarketing Fernando Ribeiro e a cantora, atriz e professora de teatro Linn da Quebrada (OLIVEIRA, 2017).



Em 72 minutos, é apresentado, ao público, o dia a dia comum, mas não fácil de parte da população LGBTQIA+ brasileira. É possível acompanhar: Paula trabalhando na escola, abastecendo o carro; Giu escrevendo em seu diário e saindo com amigos; Fernando na universidade em aula e trabalhando como operador de telemarketing; e Linn fazendo comida e dando aulas de teatro.

Ao longo da exibição, o filme também mostra como cada corpo pode performar em um determinado espaço, sendo isso mais ou menos subversivo para sociedade. O filme revela como esses corpos se adequam ou quebram padrões nos espaços em que vivem. Há, por exemplo, a diretora na escola, Fernando na faculdade. Corpos transexuais pouco vistos nesses espaços.

Essa realidade ordinária é entrecortada por discursos que ressaltam a luta por desconstrução de padrões sociais, visibilidade e direitos dessa população. Paula, em uma reunião de movimentos sociais, revela como é importante se discutir gênero e sexualidade na escola, enquanto Giu fala sobre uma página no Facebook que criou para que as pessoas marginalizadas passem a ter orgulho de seus corpos. Fernando luta para que seu nome seja reconhecido por onde passar e Linn usa sua arte para mostrar, como nos versos escritos anteriormente, que tem o direito de andar sem ser alvo de chacota.

"Meu Corpo é Político" (2017) surge em um movimento cinematográfico brasileiro que acompanha as discussões em torno de políticas identitárias. Não é de hoje que se tem um olhar sobre questões de identidade nos filmes, mas a atenção voltada para a população LGBTQIA+ é mais recente. Não é que essas pessoas não estivessem presentes no cinema, mas apareciam em muitos casos sob fortes estereótipos, como em "Crô" (2013 e 2018), por exemplo. A visibilidade cercada por reivindicações de direitos surge em filmes como "Madame Satã" (2002), "Elvis & Madona" (2010), "Laerte-se" (2017), "Hoje eu quero voltar sozinho" (2014), "Corpo



Elétrico" (2017). A visibilidade, de acordo com Rocha (2006), está associada:

a mecanismos socioculturais partilhados que conferem, a determinadas imagens visuais, a qualidade de partícipes de sistemas de crença e de leitura visual reconhecíveis e reconhecidos. A visibilidade se realiza e se consoma no momento do consumo, da recepção, da codificação, da interpretação (ROCHA, 2006, p.10).

Em "Meu Corpo é Político" (2017), com uma linguagem documental, é possível acompanhar uma discussão aprofundada sobre política identitária LGBTQIA+.

É justamente esse o motivo da escolha do filme para este artigo que problematiza quais as estratégias discursivas utilizadas pelo documentário para pautar as políticas identitárias LGBTQIA+. Como procedimentos metodológicos, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre direitos LGBTQIA+, gênero e sexualidade, especialmente a partir dos estudos de Judith Butler (2016), Paul B. Preciado (2014a, 2014b, 2014c) e Michel Foucault (2009). "Meu Corpo é Político" (2017) foi acompanhado com registros descritivos-interpretativos em um diário de observação. A pesquisa realizada compreende-se qualitativa, uma vez que o filme foi analisado a partir dos dados coletados. Possui natureza descritiva, uma vez que corresponde a diário de campo, utilizado como ferramenta de sistematização dos dados para sua posterior análise (SEVERINO, 2015). Os diários são compostos pela transcrição das falas dos personagens, em cenas nas quais ficaram claros os esforços em abordar as questões de gênero e sexualidade.

Agora, interessa a esta pesquisa mostrar os eixos mais gerais de estratégias discursivas utilizadas pelo documentário para abordar a questão da política identitária LGBTQIA+: reconstrução do entendimento sobre gênero e sexualidade e uso do corpo como instrumento político. Uma



questão não está dissociada da outra e, como veremos, em cenas, há referências a ambos os eixos.

2 "Quicando eu vou passar e ninguém mais vai dar risada": reconstruindo gênero a partir da subversão do modelo heteronormativo

Os versos de Linn da Quebrada, da mesma canção da seção anterior, dão título a esta, que abordará as estratégias utilizadas pelo filme para questionar o padrão heteronormativo.

No início de "Meu Corpo é Político" (2017), há um importante jogo de cenas entre Linn da Quebrada e Giu Nonato. Uma aula de teatro, coordenada por Linn, para estudantes de uma escola pública de São Paulo é filmada. Esse encontro é entrecortado por cenas em que aparecem a personagem Giu Nonato, que funciona como uma espécie de materialização dos discursos que são ditos na aula de Linn.

Por exemplo, na escola, Linn pede para os jovens repetirem em voz alta as seguintes palavras: preto, marginalizado, excluído, favelado, sem escola. Em outros momentos, os estudantes travam diálogos, como em uma cena de uma peça de teatro, em que dizem:

Mulher cis branca. Eu, mulher preta, mas ainda assim mulher. Tratadas como seres de segunda categoria. Propriedades do homem, parte dos seus bens. Mulher branca, magra, bem vestida, comportada, depilada (MEU CORPO..., 2017).

Depois do depilada, o filme se volta para Giu Nonato, mulher trans, que é mostrada, primeiramente, barbeando-se e depois depilando-se. A cena funciona para mostrar aos espectadores que Giu luta pelo direito de ser reconhecida como mulher, numa desconstrução dos padrões de gênero da sociedade que vivemos. Aqui há também uso do corpo de Giu como manifesto político.



É interessante destacar que as primeiras discussões sobre gênero surgem, especialmente, a partir da década de 1960 com o avanço do movimento feminista, quando o termo passou a ser usado para se referir ao papel social e cultural do sexo, que ainda era compreendido sob a perspectiva biológica e natural, funcionando como determinante do gênero. Ou seja, "o sexo era a verdade da natureza, como muitos ainda pensam no âmbito do senso comum. A ideia de gênero veio dar conta do caráter produzido da sexualidade" (TIBURI, 2016, p. 10).

A contraposição a esse entendimento já havia sido formulada por Simone de Beauvoir no final dos anos 40 com a famosa frase: "não se nasce mulher, torna-se mulher". Com os estudos de Michel Foucault em História da Sexualidade 1 (1979), a compreensão sobre sexo ganha uma outra perspectiva ao explicar o sexo como uma produção do discurso. Para Foucault (2009), sexualidade e sexo não seriam verdades em suas essências, mas construções histórias.

Os estudos de Judith Butler, nos anos 1990, com o lançamento de "Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade", seguem a linha foucaultiana, rompendo com a ideia da naturalidade do sexo e do gênero, instituindo a questão para uma perspectiva discursiva. Para Butler (2016), é importante contestar o *status quo* que consiste em deslocar categorias tais como "homem", "mulher", "macho" e "fêmea", revelando como elas são discursivamente construídas no interior de uma matriz heterossexual de poder (BUTLER, 2016).

Por isso, tanto a música de Linn, no começo deste artigo, quanto a cena com os estudantes mostram esse padrão masculino e hétero de poder. "Se liga macho, presta muita atenção. Senta e observa a tua destruição". É a desconstrução dessa matriz heterossexual e machista de poder.

Depois de mostrar Giu depilando-se, o filme volta para a escola e, dessa vez, os estudantes dizem coisas como: "Não quero mais ser julgada pelas minhas roupas" (MEU CORPO..., 2017), "Decotes, batom vermelho, saia" (puta é dito ao fundo para cada palavra falada) (MEU CORPO..., 2017).



"Meu direito a ter voz. Meu direito a ser mulher, lésbica, preta, gorda, bicha, meu direito a abortar. Ah cala a boca (dito para esse discurso heteronormativo e machista)" (MEU CORPO..., 2017). Depois, aparece mais uma vez Giu Nonato arrumando-se, colocando enchimento, passando batom.

Aqui, há mais uma vez um reforço nesse discurso que contesta os padrões sociais. Por que uma mulher trans não é uma mulher simplesmente? E deixam claro o direito de serem o que quiserem.

Sexo e gênero são efeitos – e não causas – de instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero (BUTLER, 2016).

Não é natural. Em vez disso, é a própria nomeação de um corpo, sua designação com macho ou como fêmea, como masculino ou feminino, que "faz" esse corpo.

[...] de modo que se, por exemplo, alguém é biologicamente fêmea, espera-se que exiba traços "femininos" e (num mundo heteronormativo, isto é, num mundo no qual a heterossexualidade é considerada a norma) tenha desejo por homens. Em vez disso, Butler declara que o gênero é "não natural"; assim, não há uma relação necessária entre o corpo de alguém e o seu gênero. Será, assim, possível, existir o corpo designado como "fêmea" e que não exiba traços geralmente considerados "femininos". Em outras palavras, é possível ser uma fêmea "masculina" ou um macho "feminino" (SALIH, 2015, p. 67).

O gênero é, nesse sentido, efeito de discursos (BUTLER, 2016). Ao empregar a palavra discurso, Butler (2016) está não apenas se referindo à "fala" ou à "conversação", mas às formulações de Foucault sobre o discurso como "grandes grupos de enunciados" que governam o modo como falamos e percebemos um momento ou momento históricos específicos. Assim, surgem como condições definidoras do gênero nas sociedades o falocentrismo e a heterossexualidade.



A noção de performatividade de gênero, de acordo com a filósofa estadunidense, diz respeito à ideia de que a repetição de atos, gestos, atuações, desejos, entre outros, a partir dos discursos, produzem na superfície dos corpos, a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, performatizando nossos modos de ser masculino e feminino, com o propósito de materializar nos corpos uma heterossexualidade obrigatória e reprodutora (BUTLER, 2016).

Apesar, no entanto, de serem feitos sob essas perspectivas, para a autora, os gêneros podem ser construídos de maneiras diferentes e subversivas.

O filósofo Paul B. Preciado (2014b) afirma que o gênero não é apenas performativo, mas resultado de uma tecnologia sofisticada que produz corpos sexuais. Preciado se filia à perspectiva teórica de Foucault, segundo a qual, é preciso recusar o tipo de individualidade que é imposto aos sujeitos. Dessa forma, assim como em Foucault, Preciado pensa o sexo, pelo menos a partir do século XVIII, como sendo uma tecnologia biopolítica. “Isto é, como um sistema complexo de estruturas reguladoras que controlam a relação entre os corpos, os instrumentos, as máquinas, os usos e os usuários” (PRECIADO, 2014b, p.79).

Preciado apresenta, então, os conceitos de contrassexualidade e sexopolítica como recursos que rompem com a ordem de opressão e sujeição dos corpos. Com a ideia de contrassexualidade, nos leva a uma noção na qual, segundo Bentes (2017),

[...] tanto o sexo quanto o gênero e a sexualidade são apresentados como efeitos de dispositivos no interior de um sistema tecnológico e sociopolítico complexo que trabalha por dualidades (homem e mulher, homossexual e heterossexual), e mesmo categorias como a de transexual são produtos, efeitos, usos e desvios que incidem sobre os corpos (BENTES, 2017, p. 96).

Em “Manifesto Contrassexual”, os corpos não se reconhecem mais como homens ou mulheres, mas podem reivindicar as sexualidades que



quiserem. Para Preciado (2014a), as práticas contrassexuais devem ser compreendidas como tecnologias de resistência e como forma de contradisciplina sexual.

A sexopolítica, por sua vez, seria uma forma de ação biopolítica que passa a ser dominante no capitalismo contemporâneo, especialmente a partir ou após 1950, com a ruptura do regime disciplinar do sexo. A sexopolítica “dobra” a própria noção de biopolítica foucaultiana, compreendendo os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, como o que existe para romper os padrões, diferente da biopolítica, que está ligada a esses padrões (ROSA, 2016). Trata de corpos que efetuam a profanação da monotonia das conexões binárias e de uma suposta correspondência entre sexo, gênero e orientação sexual (PRECIADO, 2014b). É a subversão da matriz heteronormativa.

Além desse olhar sobre gênero e sexualidade, em "Meu Corpo é Político" (2017) também se usa como estratégia discursiva a apresentação dos corpos como meios políticos.

3 "Elas tomba, fecha, causa, elas é muita lacração": corpo e política

Em uma cena de "Meu Corpo é Político" (2017), Giu Nonato aparece conversando com uma mulher negra. O trabalho de Giu, enquanto fotógrafa, tem sido voltado para dar visibilidade a corpos invisíveis. "Eu acho a sua ideia muito legal. Ensaio com pessoas à margem da sociedade. Nós somos invisíveis. Eu enquanto mulher negra e você enquanto mulher trans. A gente tem que se juntar" (MEU CORPO..., 2017).

Depois, Giu explica que criou um grupo no Facebook para reunir pessoas que têm algum problema com o corpo. Pessoas que, segundo ela, por algum motivo seu corpo gera algum tipo de preconceito. A ideia é desconstruir esses padrões de corpos a partir de fotos como se fossem nudes. "Não é necessariamente um espaço erótico, mas é um espaço onde as pessoas podem manifestar desejo e se sentir desejada. É um espaço de



empoderamento", conclui na explicação antes de começar a fotografar a outra jovem (MEU CORPO..., 2017).

Em outro momento, em um debate com pessoas LGBTQIA+, o organizador do evento anuncia que o tema do dia é sobre o T da sigla LGBT. A ideia era discutir visibilidade e invisibilidade das e dos tês.

Paula Beatriz participa do encontro e diz:

Sou questionada porque digo as travestis. Eu tenho que dizer os travestis [em referência ao que a sociedade exige e ao que os dicionários sugerem] [...] tem uma militância muito forte e não vejo homens vestidos de mulher como está assim nos dicionários. Elas são mulheres. E isso é uma luta e eu vou e estou lutando. Lutando na educação há mais de 20 anos. Professora diretora. A primeira diretora no estado de São Paulo. Quem deu a cara primeiramente para essa sigla LGBT foram as travestis que se colocaram nas ruas porque elas não tinham emprego. Foram colocadas para fora de casa e todas as histórias que vocês já são acostumados. Elas transgrediram tudo possível e aí vem toda essa problemática e a gente tem que estar desconstruindo. Se inicia num debate e tem que estar na escola. Ficamos no mínimo 11 anos dentro de uma escola e eu vejo que não há essa discussão. Não se tem esse debate por questões morais, éticas, religiosas, enfim 'n' coisas. E aí, quando eu fiz a minha pós-graduação na Unicamp, eu tematizei homossexualidade na escola: inclusão ou exclusão. Um não quis. Outro orientador quis. Ainda há resistência e é muito grande (MEU CORPO..., 2017).

Nessa passagem, percebe-se que há uma forte reivindicação por visibilidade quando ela fala que a definição dos dicionários não é adequada e quando reivindica o direito de ser mulher. Aponta também uma questão bastante importante que é a importância de se discutir gênero e sexualidade na escola. Em tempos de kit gay¹, o movimento social LGBTQIA+ perde muito na possibilidade de avançar nas discussões sobre direitos desse grupo social.

Uma das convidadas do debate diz que a transexualidade sempre foi marcada pela binaridade.

¹ 'Kit gay' é apelido do projeto 'Escola sem homofobia', voltado a educadores e não a crianças.



Eu sou marcada pela binaridade de gênero. Eu me entendo como mulher. [...] As pessoas não binárias estão muito mais rompendo com essa rigidez dessa binaridade do que talvez se entendam num terceiro gênero ou na ausência de gênero (MEU CORPO..., 2017).

De acordo com Preciado (2014), Butler definiu o gênero "não como uma essência ou uma verdade psicológica, mas como um corpo performativo e uma prática discursiva através da qual o sujeito adquire inteligibilidade social e reconhecimento político" (p. 95).

Há, no documentário, uma subversão e profanação da monotonia de conexões binárias e de corpos. Essa questão é visibilizada no filme a partir, especialmente, de Giu Nonato e Fernando Ribeiro. A mulher trans e o homem trans do documentário namoram. É importante destacar que o filme mostra o encontro do casal de namorados de maneira natural, na festa de aniversário dele. Só neste momento o público toma conhecimento da relação entre os personagens. É uma subversão diante dos padrões sociais que esperam que uma mulher se interesse por corpos masculinos nos quais o pênis biologicamente esteja presente.

Ainda na cena do aniversário de Fernando Ribeiro, é registrada uma conversa dele com um amigo também trans. Fernando diz:

A mãe da Amanda fez assim pra mim: parabéns, minha querida, felicidades! No auge da minha transição, toda essa coisa do empoderamento, você entra no meu Facebook, vendo todas as minhas lamentações, toda a minha guerra porque eu não escondo pra ninguém e me manda querida. Você quer que eu faça o quê? (MEU CORPO..., 2017).

O amigo completa: "No dia da Mulher, a minha tia mandou para mim. Ela falou. Parabéns, princesa" (MEU CORPO..., 2017). Fernando conclui: "Princesa? Aí você fala assim: 'eu já beijei um sapo'. Agora, eu não sou mais princesa. Agora eu sou um príncipe"(MEU CORPO..., 2017).



Aqui também se nota um esforço do filme em destacar um diálogo em que a reivindicação por respeito e visibilidade sobre sua identidade de gênero é revelado.

A busca pela garantia de direitos também é explorada por "Meu Corpo é Político" (2017). Uma cena, por exemplo, mostra Fernando Ribeiro em um escritório de advocacia. Ele conversa com um jovem advogado, que diz que, desde 2014, pouca coisa andou no processo na Justiça. O estagiário afirma que precisa de certidões para deixar tudo muito claro no processo de mudança de nome relacionado ao que é o seu corpo nos dias de hoje. Fernando responde:

Eu que sou, por exemplo, da periferia, cresci dentro de casa aprendendo: a gente não tem dinheiro, mas a gente tem um nome. Então, guarde ele. Guarde seu nome que é o que você tem, você vai ler ele pro resto da vida. Você pode não ter onde morar... Você pode não ter nada, mas se você tiver o seu nome é o que você vai carregar. Seu nome é a sua história. É a geografia da sua história. Então, esse nome que eu tenho que está hoje nos meus documentos que são válidos em território nacional não me representa. Não tem uma história, ela se perde (MEU CORPO..., 2017).

O advogado tenta argumentar que ele vai continuar sendo Fernando onde o nome social foi aceito.

Eu, se preciso procurar um ginecologista, só tem mulher cisgêneras. Eu não consigo. E eu tenho uma vagina. O meu corpo é masculino. Os médicos não estão preparados para receber isso. As pessoas não estão preparadas para receber isso, pra me receber. Aí eu deixo. Tô com dúvida com alguma coisa? Eu não vou. Ah um amigo sentiu essa dor. Que que cê fez? Até quando eu vou fazer isso. Essa é a preocupação da minha mãe, da minha namorada, de todo mundo. Essa é a preocupação que o Estado precisava ter comigo (MEU CORPO..., 2017).

Nome social é o nome pelo qual pessoas transexuais, travestis (em geral) ou qualquer outro gênero preferem ser chamadas cotidianamente, em contraste com o nome oficialmente registrado, que não reflete sua identidade de gênero. A identidade do nome social é vinculada com a



identidade civil original. O Governo Federal, com o Decreto nº 8.727, da Presidência da República normatizou o uso do nome social pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Fernando Ribeiro diz: "Eu sei que você nem tem nada a ver. Mas quanto mais o tempo passa eu vou me escondendo mais e eu vou deixando de ocupar os espaços que são meus que eu tenho direito de ocupar" (MEU CORPO..., 2017).

Eu vejo que o Governo me deve. Eu fiz a cirurgia, mas ele me deve essa cirurgia. Sabe. Eu recorri ao particular porque sou da periferia. Trabalho seis por um e ganho salário mínimo. Vou pagar essa cirurgia durante três anos. Vai ser descontada do meu salário. Não tenho dinheiro. A cirurgia vai ser descontada do salário. Eu tô torcendo para não perder o emprego (MEU CORPO..., 2017).

A cirurgia de redesignação sexual é o procedimento cirúrgico pelo qual as características sexuais/genitais de nascença de um indivíduo são mudadas para aquelas socialmente associadas ao gênero que ele se reconhece. É parte, ou não, da transição física de transexuais. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece, desde 2008, a cirurgia, mas o tempo de espera é longo. A justificativa dada é a complexidade do procedimento. O filme, ao mostrar essa questão, leva o público a pensar sobre as responsabilidades e possibilidades da redesignação sexual pelo SUS (CIRURGIA..., 2019).

Em outra cena do filme, Giu Nonato lê o que escreve em um diário:

Cresci entre ausências. O pai que nunca tive. O homem que não fui. O filho que nunca serei. O meu testículo fujão não desceu como predizendo a contradição sexual que me tornaria. Uma travesti que nasceu com os testículos escondidos. Piada pronta. Devido a todas essas ausências, homem se tornou um sinônimo de dor porque, mesmo quando presente, não havia amor. Todas as experiências de afeto que tive foram com mulheres. Nasci de um ventre que não me esperava e pouco me coube. Só aguentei até o oitavo mês ansiosa como sou. Desde muito cedo, meu corpo foi ocupado por intervenções cirúrgicas. Hérnia inguinal, fimose, endoscopia. Talvez hoje cada comprimido de hormônio seja uma reivindicação de posse sobre esse corpo. A cada



comprimido eu me caibo melhor sob essa pele. Esse adornar-se alivia qualquer preocupação com possíveis riscos ao fígado, aos rins, ao coração. Todo o corpo pode falar, mas ainda assim vai falhar dentro do meu campo de escolha, limitado que seja (MEU CORPO..., 2017).

Giu fala sobre o tratamento hormonal que realiza e o direito que tem sobre seu próprio corpo. É o que Linn da Quebrada afirma em outro momento do filme.

Eu não sou cantora. Eu acho que estou agindo com a música, com o funk, para falar da minha experiência que me formou e para gerar movimento. O funk é a poesia da favela, é a poesia da periferia e que não é só um macho alfa que vai dizer como é que a gente tem que rebolar" (MEU CORPO..., 2017).

Não é mais a sociedade que vai impor os padrões de comportamento. Linn, mais adiante, fala sobre sua descoberta e adolescência:

Nesse momento, eu começo a lembrar umas coisas que eu vivi lá, sabe. Dos meus 17 anos. A primeira vez que eu me montei quando eu era testemunha de Jeová. Eu era testemunha. Era a época que tudo era proibido. Meu corpo era proibido, a sexualidade era proibida e daí eu lembro que eu me montei. Nesses 17 anos, eu trabalhava num salão, num salão de cabeleireiro e a Fabíola, que era uma travesti que mora lá em Rio Preto, me montou, me maquiou, me emprestou as roupas dela. Naquela época, eu ainda chamava Lara. Era Lara meu nome e daí, nessa semana, na semana que eu me montei, chegando no Salão do Reino das Testemunhas de Jeová, daí eles me chamaram para sala, falaram que alguém tinha me visto montada na frente da balada. Não sei se é verdade, mas também não tem outra coisa. Eles não teriam como ter descoberto isso e daí eu fui desassociada. Foi aquele chororô em casa. Minha mãe falando que era uma fase, que ia me mandar para morar com meu pai, mas eu entendo ela né. Fiquei mal porque era uma época que eu sentia muita culpa. Eu chorava porque eu não podia me masturbar. Eu chorava toda vez que isso acontecia. Eu chorava quando eu ficava com alguém. Pedia perdão. Eu falava que se Deus me perdoasse eu não iria mais fazer aquilo e, se eu fizesse de novo, Jeová podia me destruir. Ai não. Dessa vez não. A próxima vez vai ser a última. Eu entendia o lado da minha mãe. Hoje, eu entendo melhor. Quando ela foi entendendo, eu chegava em casa de manhã montada de peruca maravilhosa, ia acordar ela maravilhosa montada.



Quando eu fui pra um concurso de miss, ela me ligou pra perguntar como é que tinha sido e aí eu falei que tinha ganhado ela ficou superfeliz. Colocou duas fotos minhas na escrivadinha dela e falava pra todo mundo que era uma prima da Bahia. Não falava que era eu, mas o pessoal sabia. Quando via esse nariz, todo mundo sabia (MEU CORPO..., 2017).

É importante destacar essa reivindicação pelos direitos em torno dos corpos. Fernando com a cirurgia de retirada das mamas, Giu Nonato com o tratamento hormonal e Linn da Quebrada lutando pelo direito de rebolar como quiser, se vestir da maneira que for conveniente para ela mesma.

O que também se observa muito fortemente ao longo de "Meu Corpo é Político" (2017) é a performance desses corpos em espaços sociais. O filme começa mostrando os corpos dos quatro personagens transexuais em casa. Paula Beatriz aparece em casa tomando café com a mãe, Giu Nonato acordando e ainda na cama, Fernando Ribeiro terminando de se arrumar para sair de casa e Linn da Quebrada arrumando a casa e cozinhando com amigos.

Na sequência, esses corpos são lançados para a rua. Cada um é mostrado em meios de transporte. Paula indo para escola em seu carro, Giu e Fernando, separadamente, em um ônibus, Linn andando de trem.

A performance dos corpos é muito evidente na forma, por exemplo, como Paula Beatriz modula seus gestos na escola. Como diretora da escola, ela surge com blazer feminino e saia. Ela é mostrada atendendo telefonemas, conversando com alunos. Há todo um gestual e comportamentos considerados femininos. O modo de sentar e as roupas estão em conformidade social com o que se espera da figura que ocupa um cargo de gestão na área da educação.

É inegável a importância da estética para compreensão dos processos de organização das performances de gênero. Nos estudos de Bento (2006), a autora mostra como a moda constitui-se como uma prótese do corpo trans. A noção de prótese foge da dicotomia corpo-natureza (sexo biológico) e constrói a ideia de que o gênero é resultado de tecnologias sofisticadas



que produzem corpos sexuais, acompanhando postulados de Paul B. Preciado (2014b). As vestes aparecem, nesse contexto, como tecnologias, como próteses para performance de corpos trans.

Paula se veste de maneira muito próxima à estética da mulher cis. De acordo com Bento (2006), a partir das vestimentas, incluindo roupas e acessórios, os corpos trans comunicam. Bento ressalta o fascínio que as roupas do outro gênero despertam na pessoa trans quando criança. São as peças que foram proibidas de serem usadas por anos. O reconhecimento enquanto sujeito trans e a possibilidade de montar um guarda-roupa com o gênero com o qual se identifica é um momento de grande felicidade e de liberdade. De acordo com Tranquilin-Silva (2018), os usos que as mulheres trans, por exemplo, fazem das práticas do consumo de roupas e acessórios femininos podem "libertá-las de um universo sufocante e austero que as vestimentas masculinas lhes colocavam antes da transição" (p. 8).

Obviamente, o processo de se reconhecer no gênero com o qual se identifica, normalmente, é longo e exige investimento das pessoas trans. Da aplicação de silicones, terapias hormonais, à escolha de roupas e acessórios, a pessoa trans percorre um longo e, por vezes, doloroso caminho. É interessante, no entanto, observar que também existem homens e mulheres trans que não se aproximam esteticamente do corpo do homem e da mulher cis. Esse apontamento é, apenas, para ressaltar que não existem regras sobre as vestimentas.

Com Fernando Ribeiro, é possível identificar uma forte performatividade da voz, visto que, além de estudar em universidade particular, ele também é funcionário de uma empresa de telemarketing e com o nome social modula uma voz considerada masculina (BUTLER, 2016).

O espaço de maior transformação e performatividade se dá com Linn no palco. Ali, a personagem do documentário subverte categorias sociais vigentes e tensiona as definições de gênero e sexualidade quando a partir de suas músicas questiona a heteronormatividade e o machismo e também



a partir de seu corpo, roupas e acessórios coloca em xeque a cisnormatividade.

4 Considerações Finais

O cinema nacional segue a tendência de dar visibilidade às pautas políticas do movimento LGBTQIA+ e se cerca de argumentos que ajudam a desconstruir e reconstruir os entendimentos sobre gênero e sexualidade. Essas manifestações na sétima arte fazem parte de um movimento, conforme sugerem Rocha *et al.* (2018), de tensão e enfrentamento a regimes imagéticos e a imaginários cristalizados acerca do binarismo de gênero.

Esse complexo fluxo imagético frutifica de uma outra lógica cultural, uma linha de fuga posta em marcha nas atuais sociedades capitalistas contemporâneas, alicerçadas por regimes dominantes, sobremaneira, subjetivistas. Esses fluxos e suas imagens desencadeiam tensões socioculturais que ganham notoriedade, são negociadas e, eventualmente, (re)escritas pela via do simbólico (ROCHA *et al.*, 2018, p. 14).

É inegável, como ponderam Neves e Lacava (2018), a representatividade e a visibilidade que alguns corpos passam a ganhar no palco do entretenimento midiático. Constata-se um movimento em que outros corpos passam a ocupar o espaço midiático.

Com "Meu Corpo é Político" (2017), observa-se exatamente a chance de repensar as categorias de gênero e sexualidade a partir da discussão de políticas identitárias de pessoas trans. O filme contribui para novos entendimentos sobre os direitos dessas pessoas ao discutir o corpo como objeto político, ajuda também a pensar para além do binarismo de gênero e sexo instituído de acordo com o *status quo* heteronormativo e machista. O documentário fortalece a visibilidade de transexuais, colaborando com a existência e resistência das e dos "T".



Há, no documentário, uma contraposição ao modelo heteronormativo vigente na sociedade. "Meu Corpo é Político" (2017) aponta modos de "construir" as identidades que perturbam mais ainda quem está diretamente interessado em preservar as oposições existentes, tais como macho/fêmea, masculino/feminino. A produção contesta o *status quo* quando desloca essas categorias e mostra como elas são criadas dentro de uma matriz heterossexual do poder, cultura que impõe a heterossexualidade aos homens e mulheres.

"Meu Corpo é Político" (2017) mostra como é possível desconstruir a identificação de gênero quando foge da questão biológica, rompe com a matriz heteronormativa e promove a ideia de que é possível refazer os caminhos de identificação de gênero a partir das performances dos corpos. É um pouco o que o pensador transgênero espanhol Preciado (2014c) trata em seu "Manifesto Contrassexual", partindo da concordância com Butler de que o gênero deve ser definido

não como uma essência ou uma verdade psicológica, mas como um corpo performativo e uma prática discursiva através da qual o sujeito adquire inteligibilidade social e reconhecimento político (PRECIADO, 2014c, p. 95).

Além desse reconhecimento, filmes que abordem questões de gênero e sexualidade podem contribuir para produzir mais fissuras na matriz heteronormativa e promover novos entendimentos para a sociedade.

Referências

BENTES, Ivana. Biopolítica feminista e estéticas subversivas. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 93-109, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/133380>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.



BRASIL. Decreto-lei n 8727, de 28 de abril de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CIRURGIA de redesignação sexual. WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cirurgia_de_redesigna%C3%A7%C3%A3o_sexual&oldid=55007069. Acesso em: 18 set. 2019.

CORPO elétrico. Direção de Marcelo Caetano. Produção de Marcelo Caetano. São Paulo: Vitrine Filmes, 2017. 1 DVD (95 min).

CRÔ: o filme. Direção de Bruno Barreto. Produção de Paula Barreto. Rio de Janeiro: LC Barreto, 2013. 1 DVD (210 min).

CRÔ em família. Direção de Cininha de Paula. Produção de Marcos Didonet; Vilma Lustosa; Walkiria Barbosa. Rio de Janeiro: Total Entertainment, 2018. 1 DVD (210 min).

ELVIS & MADONA. Direção de Marcelo Laffitte. Produção de Jaime A. Schwartz. São Paulo: Pipa Filmes, 2010. 1 DVD (205 min).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 19 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

HOJE EU quero voltar sozinho. Direção de Daniel Ribeiro. Produção de Diana Almeida. São Paulo: Lacuna Filmes, 2014. Netflix (96 min).

LAERTE-SE. Direção de Eliane Brum. Produção de Lygia Barbosa da Silva. São Paulo: Tru3Lab, 2017. Netflix (201 min).

MADAME Satã. Direção de Karim Aïnouz. Produção de Isabel Diegues; Maurício Andrade Ramos e Walter Salles. Rio de Janeiro: Video Filmes Produções Artísticas Ltda.; Wild Bunch; Lumiere; Dominant 7; Studio Canal, 2002. 1 DVD (205 min).

MEU CORPO é político. Direção de Alice Riff. Produção de Heverton Lima. Curitiba: Olhar Distribuição, 2017. 1 DVD (72 min).

NEVES, Thiago Tavares das; LACAVA, Vyullheney Fernandes de Araújo. **Devires-Trans**: Corpo, Arte e Política na Cultura Pop. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO, 7., 2018, São Paulo, SP. **Anais [...]**. São Paulo, SP: Escola Superior de Propaganda e Marketing,



2018. Disponível em: http://anais-comunicon.espm.br/GTs/GTPOS/GT5/GT05_NEVES_LACAVA.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

OLIVEIRA, André de. Em 'Meu Corpo é Político', a vida de quatro transgêneros é normal (mas não fácil). **El País**, São Paulo, 4 de dezembro de 2017, Cultura. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/01/cultura/1512168336_411578.html. Acesso em: 18 set. 2019.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014a.

PRECIADO, Beatriz. Historia de la tecnossexualidad. *In*: PRECIADO, Beatriz. **Yonqui**: sexo, drogas y biopolítica. Buenos Aires: Paidós, 2014b.

PRECIADO, Beatriz. Tecnogênero. *In*: PRECIADO, Beatriz. **Yonqui**: sexo, drogas y biopolítica. Buenos Aires: Paidós, 2014c. p. 89-109.

ROCHA, Rose de Melo. Cultura da visibilidade e estratégias de (in)visibilidade. **E-Compós**, Brasília, v. 7, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.115>.

ROCHA, Rose de Melo [*et al.*]. Comunicação e estudos de gênero: imagens diaspóricas, imaginários insurgentes. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 27., 2018, Belo Horizonte, MG. **Anais [...]**. Belo Horizonte, MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_VWT9ARUV352MJUPII17K_27_6563_23_02_2018_16_37_30.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

ROSA, Susel Oliveira da. Entre a biopolítica e a sexopolítica. *In*: RESENDE, Haroldo de. (Org.). **Michel Foucault**: política – pensamento e ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

TIBURI, Marcia. Judith Butler: feminismo como provocação. **Cult**, São Paulo, ano 19, jan. 2016.



TRANQUILIN-SILVA, Josefina de Fátima. 1ª marcha da visibilidade trans de Sorocaba: estética, consumo e comunicação política. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO, 7., 2018, São Paulo, SP. **Anais [...]**. São Paulo, SP: Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2018. Disponível em: http://anais-comunicon.espm.br/GTs/GTPOS/GT5/GT05_TRANQUILLIN.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.